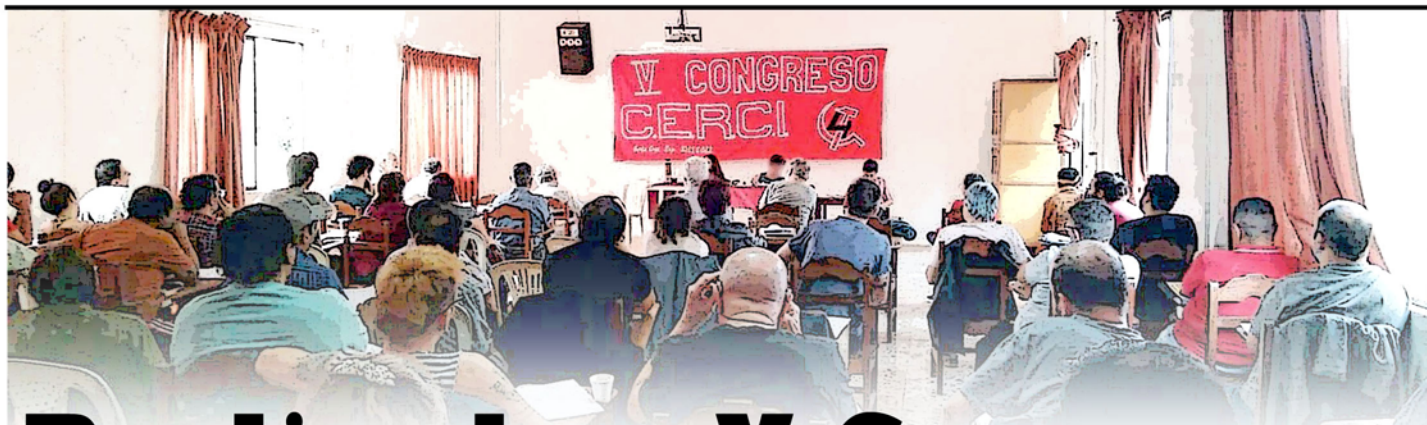




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 673 - DE 18 DE SETEMBRO A 2 DE OUTUBRO DE 2022 - R\$ 5,00



Realizado o V Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

**A crise mundial exige todo esforço em reconstruir
o Partido Mundial da Revolução Socialista**

Nenhuma confiança nas eleições burguesas

**Pela independência dos sindicatos e movimentos
diante das disputas interburguesas**

**Em defesa de um programa próprio da classe operária
e dos demais trabalhadores**

Voto Nulo nas eleições de outubro

Realizado o V Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)!

Todo empenho na tarefa de superar a crise de direção

A luta da vanguarda marxista-leninista-trotskista se concentra na tarefa de superar a crise de direção mundial. Diante da longa Pandemia, que ceifou milhões de vidas, e da guerra na Ucrânia, iniciada em 24 de fevereiro, ressalta o fato da classe operária se encontrar desorganizada e desarraigada, ideológica e politicamente. Eis por que os explorados não puderam se defender com seu programa, suas respostas e seus métodos próprios de luta à guerra comercial em torno às vacinas, impulsionada pelos Estados Unidos, e às medidas dos capitalistas e dos seus governos, que resultaram em demissão em massa, aumento do desemprego e empobrecimento geral da população mundial, principalmente a dos países de economia atrasada, como os da América Latina.

Nem bem passava a tormenta da Pandemia, sobreveio a guerra na Ucrânia, cujas consequências para os explorados têm sido mais desemprego, aumento do custo de vida, potenciação da pobreza, e proliferação da miséria e da fome. Também neste caso, as massas dos países de economia mais débeis e saqueados pelas potências foram e são as que mais arcam e arcam com os efeitos da guerra.

Em situação tão calamitosa, ressalta a ausência de partidos revolucionários, que encarnem o internacionalismo, e combatam a guerra de dominação, que há mais de seis meses se mantém na Ucrânia. A experiência histórica das guerras na época do capitalismo imperialista demonstra que somente a classe operária, com seu programa de expropriação da burguesia, pode transformar as guerras de dominação em guerras civis de libertação. Mas, sem o partido que encarne o programa da revolução social, a repressão, a resistência e a ação dos explorados contra as guerras de dominação se esgotam em si mesmas.

As experiências da Revolução Russa de 1917, diante da Primeira Guerra Mundial, sobretudo, indicam que somente a classe operária, unida às massas oprimidas do campo e da cidade, pode levantar-se contra qualquer guerra de dominação, e dar uma solução progressiva, transformadora, revolucionária. Apesar de a guerra da Ucrânia distar a mais de cem anos da revolução proletária de Outubro de 1917, há um vínculo reconhecível. O seu principal edifício, a construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), já não mais existe, foi desmoronado em dezembro de 1991, sob a emersão das forças restauracionistas do capitalismo. A liquidação da URSS representa a maior vitória do imperialismo norte-americano e de seus aliados europeus. Vitória essa que combinou com a abertura da China à penetração do capital monopolista e financeiro.

A classe operária mundial está, portanto, diante de uma regressão de tamanha proporção, que a tem impedido de transformar suas lutas recorrentes pela sobrevivência em luta revolucionária pelo programa de expropriação da burguesia, e pela retomada da transição do capitalismo ao so-

cialismo, iniciada pela Revolução de Outubro, e interrompida pelo desmoronamento da URSS.

Esse retrocesso histórico recai inteiramente sobre o revisionismo estalinista. A Rússia, sem a potência revolucionária, que era a URSS, se viu diante de um cerco voraz do imperialismo, cada vez mais ameaçador, que conta com a bem armada OTAN.

O esgotamento da partilha do mundo, realizada após a Segunda Guerra, vem gestando a guerra bélica nas entranhas da guerra comercial. A potência hegemônica, os Estados Unidos, ameaça ampliar a guerra na Ucrânia na forma de uma conflagração mundial, recrudescendo a guerra comercial com a China, e fortalecendo a escalada militar no Indo-Pacífico.

É nesse marco que se coloca a necessidade de a vanguarda marxista-leninista-trotskista concentrar todas as suas energias para pôr em pé os partidos revolucionários, e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. Esse foi o ponto central das discussões e resoluções do V Congresso do CERQUI. A liquidação da III Internacional, em 1943, ordenada por Stalin e sua camarilha termidoriana, antecipou a subserviência da URSS à aliança imperialista vencedora da Segunda Guerra, a aplicação da doutrina antitbolchevique do “socialismo em um só país”, a tática da “coexistência pacífica”, contrária à da luta de classes mundial e, assim, o combate mortífero contra a criação da IV Internacional.

Nessas condições adversas, aprofundou-se a crise de direção, e se impôs a necessidade de a vanguarda compreender suas causas históricas, e reconhecer suas manifestações conjunturais. Envolvido na tarefa de responder à guerra na Ucrânia e à ofensiva contra a China, o V Congresso foi precedido de uma significativa discussão sobre a restauração capitalista na Rússia e seus reflexos na crise mundial. As resoluções aprovadas concluem que o proletariado russo e mundial está diante da necessidade de uma nova Revolução de Outubro na Rússia, como parte do programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa e do Mundo.

O V Congresso, assim, discutiu e reafirmou a campanha internacionalista do CERQUI em torno às bandeiras: fim da guerra na Ucrânia, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômicas dos Estados Unidos e aliados à Rússia, autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Reafirmou a tese marxista de que somente a classe operária unida, sob seu programa e método de luta, pode encontrar uma saída progressiva para a guerra e evitar que os Estados Unidos levem os países a uma nova guerra mundial.

Viva o V Congresso do CERQUI!

Tática e estratégia do POR diante das eleições

O POR, como partido marxista-leninista-trotskista, reconhece a necessidade de participar nas eleições, e de utilizar a tribuna do parlamento, para defender os interesses dos explorados e trabalhar para que se organizem no campo da independência política e da luta de classes. A defesa do voto nulo é uma continuação da situação objetiva.

As condições para aplicar a tática revolucionária nas eleições depende do desenvolvimento do partido, e de os oprimidos conseguirem que seja legalizado. As exigências jurídicas se tornaram cada vez mais impeditivas à legalização do partido revolucionário, cujo desenvolvimento nacional entre os explorados é ainda embrionário. A última reforma da lei eleitoral dificulta a existência dos próprios partidos de esquerda que, por enquanto, mantiveram os seus registros. Ao mesmo tempo, favorece os grandes aparatos partidários da burguesia.

O PT, que surgiu no início de 1980, embalado e assentado em sindicatos, acabou se tornando um desses enormes aparatos, ao lado do PMDB, PSDB, etc. Os partidos mais fracos eleitoralmente, principalmente os de esquerda, tendem a perder os privilégios do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral, correndo o risco de perder os seus registros, no caso de não cumprirem a norma da Cláusula de Barreira. Abriu-se uma porta para a formação de Federações Partidárias, cuja função é a de preservar os partidos mais débeis eleitoralmente, na condição de serviçal do partido mais forte que abriga a relação federativa. É o que se passa com a federação do PT com PCdoB e PV, bem como do PSOL com a Rede Sustentabilidade.

Em resumo, as reformas eleitorais tornaram ainda mais difícil, se não impossível, a participação dos partidos que não contam com um rico aparato eleitoral, entrelaçado por uma infinidade de fios com a política burguesa, com o Estado e setores da burocracia estatal. A democracia oligárquica não comporta direitos democráticos que permitam a livre participação de partidos que não estão diretamente sob a influência do grande capital, muito menos ainda do partido marxista-leninista-trotskista,

que encarna a estratégia da revolução proletária, e desenvolve a tática da luta de classes. Nem mesmo a frente de esquerda oportunista, que no passado uniu PSOL, PSTU e PCB em torno à candidatura presidencial de Heloísa Helena, sobreviveu. O PSOL e sua federação, na presente disputa eleitoral, se submeteu à candidatura de Lula. Sua sobrevivência está seriamente ameaçada pela nova legislação eleitoral. Passou a depender do número de parlamentares eleitos.

As candidaturas do PSTU e PCB não estão voltadas à defesa da estratégia revolucionária, à aplicação da tática da luta de classes, ao desmascaramento do caráter burgues-oligárquico das eleições, e à agitação das bandeiras próprias dos explorados.

A polarização entre Lula e Bolsonaro repete, em certa medida, a que se passou nas eleições de 2018 entre Haddad e Bolsonaro. Uma importante parcela dos pobres, miseráveis e famintos se deslocou para o candidato do PT, em razão da trágica experiência com o governo burgues de ultradireita, encarnada pelo bolsonarismo. A maioria da classe operária se arrisca a confiar nas promessas de Lula, sem se dar conta de que o caudilho petista governará para a burguesia, como governou em seus dois mandatos. Os explorados, assim, se movem sob a intensa disputa entre Lula e Bolsonaro, sem se darem conta de que, seja lá qual for o governo eleito, nas condições de permanência da crise econômica e avanço da putrefação do capitalismo, continuarão a sofrer com o desemprego, subemprego, pobreza, miséria e fome. Tudo indica que, por outro lado, não haverá trégua para a crise política, que se projetou desde a recessão de 2016 e o golpe de Estado, que derrubou institucionalmente o governo petista de Dilma Rousseff.

O POR tem baseado a sua campanha na defesa do programa próprio da classe operária, das suas formas de luta e de democracia coletivas, da denúncia ao eleitoralismo e da independência dos sindicatos diante de qualquer uma das variantes da política burguesa. O voto nulo concentra a defesa da independência política dos explorados, e indica a necessidade de manter imediatamente após as eleições o

combate pelo programa próprio de reivindicações, que unifique nacionalmente os explorados contra o novo governo, que dará continuidade à ditadura de classe da minoria capitalista exercida sobre a imensa maioria oprimida.

Está claro que são fortes as ilusões democráticas depositadas na candidatura de Lula. Está claro também que Bolsonaro tem sido capaz de arregimentar uma vasta camada da classe média, que se ressentida da ruína econômica, e que passou a acreditar que o caminho do autoritarismo fascista pode ser a sua salvação. Essas duas manifestações sociais que comparecem na polarização eleitoral tendem a tomar novas formas de luta de classes no próximo período.

O voto nulo concentra a defesa da independência política dos explorados, e indica a necessidade de manter imediatamente após as eleições o combate pelo programa próprio de reivindicações, que unifique nacionalmente os explorados contra o novo governo, que dará continuidade à ditadura de classe da minoria capitalista exercida sobre a imensa maioria oprimida.

Somente o proletariado organizado e em posição de defesa do programa de reivindicações poderá enfrentar as tendências ultradireitistas, que se abrigaram no seio da classe média, como reflexo da política fascista de setores da burguesia brasileira, como se evidenciou na arregimentação bolsonarista do 7 de setembro.

O fundamental da tática e estratégia do POR para as eleições reside na propaganda do programa de reivindicações, na agitação pelas reivindicações mais sentidas pelas massas, e na demonstração do caminho da luta de classes, vinculadas à defesa do poder próprio dos explorados, que se sintetiza na luta por um governo operário e camponês.

MERCEDES QUER TERCEIRIZAR E DEMITIR 3.600 TRABALHADORES, PARA AUMENTAR AINDA MAIS SEUS LUCROS.

A Mercedes de São Bernardo do Campo informou ao Sindicato Metalúrgico do ABC, no dia 6 de setembro, que pretende terceirizar os setores de manutenção, ferramentaria, laboratório, montagem de eixo dianteiro e transmissão média e logística, o que causaria a demissão de 2.200 trabalhadores diretos, além de não renovar o contrato de 1.400 trabalhadores temporários, que vence em dezembro de 2022. No dia 8, o sindicato realizou, no pátio da fábrica, uma assembleia, que aprovou por unanimidade uma paralisação de 3 dias da produção contra as demissões. Informaram que no dia 13 teriam uma reunião para iniciar um processo de negociação com a fábrica. O presidente do Sindicato, Moisés Selerges, falou que *“a paralisação era para ensinar o novo presidente da Mercedes como se negocia”*.

Companheiros! Nós, do Nossa Classe, dizemos: Emprego não se negocia. Defende-se com a luta, com a greve, com a ocupação da fábrica, e o controle operário da produção. Defende-se, convocando uma assembleia geral dos metalúrgicos para unificar a luta contra as demissões, contra a terceirização, e defender todos os empregos. Defende-se, impondo por meio da ação direta da classe operária de todo o país, a estatização sem indenização da Mercedes e todas as fábricas que ameacem demitir ou fechar.

Qual é a proposta dos trabalhadores que a direção do sindicato levou para se contrapor à proposta de demissão na fábrica? Qual é a proposta que a direção do sindicato vai defender, para impedir as demissões e garantir todos os empregos?

Essa proposta o presidente do Sindicato Moisés não apresentou, não defendeu na assembleia. A proposta da Mercedes nós já conhecemos. Qual é dos trabalhadores? Se ele não leva uma proposta dos trabalhadores para defender os empregos, é claro que ele vai negociar em cima da proposta da empresa, e vai trazer da negociação uma proposta da Mercedes, como tem feito nos últimos anos.

A experiência mostra que a classe operária deve rejeitar qualquer proposta que inclua terceirização, demissão ou lay-off, negociada entre a Mercedes e a direção do Sindicato. Devemos confiar apenas em nossos próprios métodos de luta, e levantar nossas próprias reivindicações.

A resposta da classe operária para defender os empregos e salários é a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Essa é a proposta da classe operária, que a direção do Sindicato deve aprovar na assembleia, e defender para impedir as demissões, e garantir todos os empregos. Nada de de-

missão! Com a redução da jornada, serão mantidos todos os postos de trabalho, e nenhum trabalhador será demitido.

Devemos aprender com a experiência das demissões na Mercedes em 2016

A Mercedes Bens, alegando ociosidade de 2.500 trabalhadores, demitiu 1.400 operários por meio de PDV e abriu Lay-Off, ambos negociados e aprovados junto com o Sindicato, em 2016. Tanto o PDV quanto o Lay-Off foram empurrados goela-abaxo dos trabalhadores, pela direção do sindicato, que, no início da luta, dizia que não aceitaria nenhuma demissão. Não podemos cair na conversa da direção do Sindicato novamente. Para combater a terceirização, é necessário exigir que o Sindicato dos Metalúrgicos unifique a luta dos trabalhadores efetivos, temporários e terceiros em uma assembleia geral, que aprove a greve com a ocupação da fábrica; que organize os piquetes de operários dentro da fábrica, para impedir os fura-greve.

Estender a luta da Mercedes para as demais fábricas

É necessário transformar a Mercedes em uma trincheira de luta contra a terceirização e as demissões. A luta contra a terceirização e as demissões não deve limitar-se aos trabalhadores da Mercedes. Devemos exigir que o Sindicato chame assembleia geral dos Metalúrgicos do ABC para unificar a luta contra as demissões.

A Volkswagen demitiu 450 trabalhadores no início do ano, e mantém mais de 1.000 trabalhadores em Lay-Off, ameaçados de demissão. A Toyota, em acordo feito com o sindicato, fechará suas portas em novembro desse ano. A Ford fechou suas três unidades – a de SBC, em 2018, e as de Taubaté e Camaçari, em 2021 – e a CAO Cherry em Jacaré fez o mesmo.

Esse processo de desindustrialização é consequência da crise de superprodução capitalista, não sendo particular do Brasil, mas da crise mundial do capitalismo em decomposição. Nenhum governo burguês poderá desenvolver a indústria nacional. A direção do sindicato quer que acreditemos em promessas de candidatos reformistas. O desenvolvimento da indústria e das forças produtivas somente serão possíveis com a expropriação da burguesia, e com o fim da propriedade privada dos meios de produção, que se dará por meio de uma revolução proletária, e a constituição do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Empreendedorismo tem levado milhares de trabalhadores à ruína

Defender os empregos com os métodos da luta de classes

Com o fechamento de fábricas e as demissões, 54% de desempregados decidiram pelo “empreendedorismo”. Milhares de trabalhadores utilizaram as indenizações para abrir pequenas empresas, iludidos com a campanha governamental de “ter seu próprio negócio”. Em São Paulo, os governos do PSDB se valeram dos currículos escolares do ensino médio, para introduzir o “empreendedorismo” entre a juventude que necessita do trabalho. O que vimos é que, em pouco tempo, esses negócios caíram na desgraça, ou por falta de recursos, ou pela concorrência com empresas de maior porte. Um dado de 2022 do próprio Ministério da Economia indica uma avalanche de redução no número de aberturas de empresas, e avanço dos fechamentos. Aponta que, entre maio e agosto, mais de 600 mil empresas foram fechadas. O volume de empresas fechadas é cerca de 10% maior do que o registrado no quadrimestre anterior, e quase 25% superior ao patamar do mesmo período no ano passado.

O que fez crescer o empreendedorismo, além da ilusão de ter sua própria empresa, foi a onda de demissões com o fechamento de grandes fábricas. Nos últimos quatro anos, cerca de 13 multinacionais de diversos setores encerraram suas atividades no Brasil. A Ford fechou sua fábrica de São Bernardo e, um ano depois, encerrou a produção em Taubaté, se retirando do país. O que resultou em milhares de postos de trabalho diretos e indiretos destruídos. Em dezembro de 2020, a Mercedes, que produzia carros leves, em Limeira, fechou, eliminando 370 empregos. Em setembro de 2022, anunciou a demissão de 3.600 me-

talúrgicos de sua fábrica de São Bernardo. Em abril, a Toyota decidiu fechar a fábrica de São Bernardo. Em maio, a Caoa Chery fechou a fábrica de Jacareí, demitindo 600 operários. No setor de eletroeletrônicos, a situação não tem sido diferente. Em março de 2021, a Sony encerrou suas atividades comerciais no Brasil, depois de fechar a sua única fábrica em Manaus. A LG, em 2021, fechou a fábrica que produzia celulares em Taubaté, destruindo cerca de 700 postos de trabalho. No ramo de medicamentos, a multinacional suíça Roche anunciou que encerrará a produção de remédios de sua fábrica no Rio de Janeiro. A norte-americana Eli Lilly saiu do Brasil, em 2020. No setor de vestuário, a Forever 21 fechou 11 lojas no país. Como vemos, essa pequena amostra revela a gravidade da situação.

eleitoral, para mostrar um Brasil que se recupera da crise econômica. Para isso, se apoia na queda das taxas de desemprego, sem levar em conta que a maioria é sem carteira assinada, e os salários são mais baixos. Esconde a situação de milhares de trabalhadores, que foram para o empreendedorismo, e agora estão endividados.

Lamentavelmente, essa situação ocorre porque não há uma política das direções sindicais em defesa dos empregos. Ao contrário, diante do fechamento de fábricas, aceitaram os acordos de indenização, e também alimentaram ilusões entre os demitidos de usar o dinheiro para “empreender”. Em vez de organizar a classe operária para enfrentar a destruição dos postos de trabalho, fizeram valer a política da conciliação de classes, favorecendo os planos dos capitalistas.

(...) a crise econômica continuou golpeando a maioria da população, reduzindo o poder de consumo, o que afetou os pequenos negócios, o empreendedorismo. Basta ver o aumento do endividamento das famílias.

Diante do aumento desemprego e da onda de demissões, os capitalistas e seus governantes passaram a intensificar a propaganda de que era possível empreender. Sem perspectiva, no curto prazo, de retornar ao mercado de trabalho, milhares de trabalhadores desempregados foram atraídos a abrir empresas. No entanto, a crise econômica continuou golpeando a maioria da população, reduzindo o poder de consumo, o que afetou os pequenos negócios, o empreendedorismo. Basta ver o aumento do endividamento das famílias.

No entanto, o governo, por sua vez, vem aproveitando a acirrada disputa

O Boletim Nossa Classe levantou a bandeira de “fábrica fechada, fábrica ocupada, controle operário da produção”. Denunciou os acordos traidores de trocar os empregos pelas indenizações. E continua intervindo em defesa dos empregos com carteira assinada, e um salário capaz de sustentar uma família dignamente. O que implica exigir a convocação de assembleias, unificar os empregados e desempregados, constituir os comitês de luta, e impor os métodos próprios de luta, que são a greve, as ocupações, os bloqueios e as manifestações de rua.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Só há um caminho para enfrentar essa dura realidade

O IBGE divulgou uma pesquisa que aponta três dados terríveis para a família trabalhadora: 1) no final do segundo trimestre desse ano, 2,985 milhões se encontram desempregados há mais de dois anos. Ou seja, 29,6% do total dos desempregados; 2) a região Nordeste registrou a maior proporção de pessoas desempregadas há mais de dois anos, 35,1%. Em seguida estão as regiões Norte, 28,9%, Sudeste, 28,6%, Sul, 22,8%, e Centro-Oeste, 19,9%; 3) 4,3 milhões deixaram de procurar emprego, depois de muitas tentativas de arrumar um posto de trabalho. São os considerados “desalentados”, portanto, não fazem parte do cálculo do desemprego.

O grave da situação é que, quanto mais tempo permanecer desempregado, maior é a dificuldade de retornar ao mercado

do trabalho. Portanto, essa massa de desempregados há mais de dois anos, possivelmente, engrossará as fileiras dos “desalentados”. E como a crise econômica não vem arrefecendo, a recuperação econômica, ao ponto de absorver esse exército de desempregados, se torna impossível. E não será com a troca de governo que essa situação se reverterá.

O único caminho é a luta. É a organização dos desempregados e empregados em um só movimento em defesa dos empregos. É com a luta que os explorados vão compreendendo que o capitalismo não tem nada a oferecer à maioria oprimida e se guiando por sua derrocada. Daí a importância da intervenção do partido revolucionário, com seu programa, junto à classe operária e demais explorados.

Milhões deixaram de comer três refeições ao dia Como enfrentar a fome e a miséria

O IBGE revela que, neste ano, 125 milhões de pessoas, mais da metade da população brasileira, estimada em 212,6 milhões, não têm o que comer, nas três refeições diárias necessárias. E que 33,1 milhões passam fome todos os dias. Em pouco mais de um ano, a quantidade de brasileiros com fome aumentou em 14 milhões. Indica que a fome dobrou nas famílias com crianças menores de 10 anos. Mostra que é o maior número de pessoas famintas desde os anos 1990, quando se iniciou a pesquisa sobre a insegurança alimentar. E que a fome se espalhou por todo o país, antes circunscrita às regiões mais pobres, Norte e Nordeste. O estado de São Paulo, em que 6,8 milhões passam fome diariamente, portanto, mais da metade de toda a região Nordeste, onde 12 milhões e 100 mil estão nessa condição de barbárie social, serve de exemplo. Ao mesmo tempo em que cresceram e se espalharam, a miséria e fome por todo o país, aumentou a concentração de riqueza para uma ultraminoria de famílias.

As causas do crescimento da pobreza, miséria e fome estão nos altos índices de desemprego, no avanço da infor-

malidade, na queda do rendimento, no salário mínimo vergonhoso, e na elevação do custo de vida. Nos momentos eleitorais, os politikeiros fazem demagogia com promessas para resolver a fome de milhões. O governo oferece o “Auxílio Brasil” de R\$ 600,00, que não dá nem para comprar uma cesta-básica, calculada acima de R\$ 700,00 nas capitais. Passadas as eleições, as promessas desaparecem e a desgraça continua para milhões.

O único caminho para enfrentar a pobreza, miséria e fome é a ação direta coletiva. É a luta pelo emprego, salário, direitos, moradia, saúde e educação. Daí a tarefa das direções sindicais de unir os empregados, desempregados e subempregados, constituir os comitês de luta nos bairros operários, aprovar o programa próprio dos explorados de combate à fome e à miséria. É preciso dar um basta ao eleitoralismo. Chega de acordos com o patronato que levam ao desemprego, a terceirização e a redução dos salários. Exijamos que os sindicatos sirvam para a organização da luta coletiva em defesa das reivindicações vitais.



Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

Boletim Nossa Classe - Mercedes

Política Operária

Nenhuma demissão na Mercedes

Pela redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários!

Empregos não se negociam, defendem-se com luta, com a greve!

O anúncio das demissões e da terceirização pela Mercedes é um violento ataque aos metalúrgicos e ao conjunto da classe operária. A multinacional alemã explora a mão-de-obra dos trabalhadores brasileiros há muito tempo. Obteve enorme lucratividade. Agora, vem com a conversa de que o lucro caiu e, portanto, irá demitir massivamente, e avançar a terceirização na produção. Assim, quem paga pelas crises econômicas do capitalismo e pelas inovações tecnológicas das multinacionais são os trabalhadores. Eis por que devemos exigir que a direção de nosso sindicato deixe de reclamar da falta de negociação, e passe a organizar a luta dos metalúrgicos da Mercedes e de outras fábricas.

A nossa assembleia massiva demonstrou disposição de luta. A paralisação de um dia, no entanto, foi passiva e simbólica. Devíamos ter começado a greve com uma grande marcha no centro de São Bernardo e nos corredores fabris. Os capitalistas da Mercedes não temem paralisações pontuais e passivas. Não derro-

teremos o plano de demissão da Mercedes ficando em casa. Ou nos organizamos com todos os meios disponíveis para vencer, ou perderemos nossos empregos e a terceirização tomará conta da fábrica.

Não podemos aceitar o que se passou com o fechamento da Ford, Toyota e outras fábricas, cujas negociações concluíram em demissões. Os inúmeros acordos de flexibilização capitalista do trabalho, por sua vez, serviram aos planos de demissão, como se passou na Volks e outras empresas. Agora chegou a vez da Mercedes golpear a espinha dorsal de seus trabalhadores. Não às demissões! Não à terceirização!

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a levantarem a bandeira: Empregos não se negociam, defendem-se com luta! Que o sindicato prepare nossas forças para a greve com ocupação de fábrica. Pela união da classe operária em todo o país na defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

3.600 demissões (2.200 trabalhadores diretos e 1.400 contratados)

Ficar esperando o resultado de negociações, ou responder com a luta

A multinacional já tomou a decisão: irá substituir os contratos diretos por terceirizados. A direção do sindicato tem sua política, que é a da negociação, sem a organização de uma verdadeira luta. Dessa vez, alertou que, em torno da mesa de negociação, “não vai prevalecer tudo que o sindicato quer”. Essa fala sinalizou, já na primeira assembleia, que o sindicato vai para negociação, sabendo que não conseguirá demover o plano da montadora.

As experiências negativas têm sido muitas. Basta lembrar os casos de fechamento da Ford, Caoa Chery, LG e Toyota. Nas mesas de negociação, barganham-se as demissões, em troca de indenizações. Os metalúrgicos não devem mais aceitar esse caminho.

Para manter os empregos, é preciso que os trabalhadores da

Mercedes utilizem o máximo de suas forças coletivas, paralisando, ocupando a fábrica, e convocando uma mobilização geral nas demais fábricas do ABC. A reivindicação da classe operária contra as demissões é a de redução da jornada de trabalho sem a redução dos salários.

O Boletim Nossa Classe propõe a convocação de uma assembleia para constituir um comitê de defesa dos empregos, dos salários e dos direitos. Que o comitê prepare os metalúrgicos para ocupar a fábrica, diante das demissões anunciadas pela Mercedes. Lutemos pela redução da jornada de trabalho sem a redução dos salários. É preciso ter claro que, para vencer essa luta, os metalúrgicos terão de impor o controle coletivo da produção e exigir a estatização sem indenização.

Unidade dos operários para derrotar o plano de demissão

Os patrões procuram sempre dividir a classe operária. Aproveitaram a reforma trabalhista e a lei da terceirização, para ampliar a fragmentação dos trabalhadores dentro da fábrica. Hoje, temos empresa como a Firestone, que possui mais de dez empresas terceirizadas dentro do mesmo local de trabalho. Quanto maior é a divisão, mais força tem o patrão. Quanto mais unidos, mais força têm os operários.

Com seu plano de demissão e terceirização, a Mercedes pretende estilhaçar os operários da fábrica de São Bernardo. O nosso plano de combate

é único: nenhuma demissão e efetivação de todos os contratados. As 3.600 demissões só poderão ser enfrentadas com a nossa unidade e com nossos métodos coletivos de luta (assembleia, comitê, greve, ocupação e manifestação). Nada de separar os 2.200 trabalhadores diretos dos 1.400 contratados. Nada de discurso, é hora de organizar uma greve ativa e ganhar as ruas. Não aceitemos nenhuma demissão! Lutemos pela redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários.

É preciso que o sindicato unifique toda a fábrica em defesa dos empregos.

Para isso, a direção tem de mostrar que está disposta a enfrentar a multinacional. Tem de mostrar, na prática, que não cederá à intransigência do patronato, e não fará negociações que levam às demissões. É com firmeza e decisão da direção e das assembleias, que venceremos essa luta.

O Boletim Nossa Classe luta pela unidade dos operários. Trabalhadores diretos e contratados pertencem a mesma classe, que é a classe operária. A classe que produz coletivamente toda a riqueza, mas que é apropriada pelos capitalistas.

Não há nenhuma surpresa no violento anúncio da Mercedes O que há é a falta de organização da luta contra as demissões e terceirização É hora de reagir com todos os meios de luta da classe operária!

Depois de cinco anos de implantação da reforma trabalhista, e expansão da terceirização para todos os fins, os resultados têm sido dolorosos para a classe operária. Milhares de trabalhadores foram demitidos. Os capitalistas vêm substituindo-os por contratos temporários e por empresas terceirizadas. Em outras palavras, a reforma trabalhista e a Lei da terceirização foram o maior presente que Temer poderia dar ao patronato, em particular às multinacionais.

Hoje, a terceirização e a informalidade têm sido a única possibilidade para milhões de trabalhadores. Que acabam submetendo a salários mais baixos, aumento da exploração, eliminação de direitos, e maior rotatividade no emprego.

O que tem sido feito? As direções sindicais se têm limitado a lamentar. Não se colocam, assim, por organizar uma luta na-

cional contra tamanha desgraça que se abate sobre os explorados. Toda vez que há um anúncio de demissões e substituição de contratos efetivos por terceirizados, como agora na Mercedes, a resposta tem sido a mesma: negociação. A experiência com o fechamento de fábricas tem mostrado que as negociações sem luta acabam em derrota para a classe operária.

O Boletim Nossa Classe tem feito uma campanha contra a reforma trabalhista, os contratos temporários e terceirização. Tem defendido que os sindicatos lutem pela redução da jornada sem reduzir os salários. Insiste que as direções sindicais organizem a luta pelo fim dessa monstruosidade que recai inteiramente sobre as costas dos explorados. O boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a levantar a bandeira "Negociação sem luta, é derrota na certa".

Boletim Nossa Classe

Política Operária

Não Confiar nas Eleições Confiar apenas em nossas próprias forças coletivas

O Boletim Nossa Classe vem fazendo a campanha, nas fábricas e nos bairros operários, dizendo aos trabalhadores que nossas necessidades e reivindicações vão ser conquistadas com a mobilização coletiva, greves, ocupações e manifestações. Nossas necessidades imediatas são: emprego a todos, salário mínimo vital para manter dignamente uma família, direitos trabalhistas, moradia e saúde. É com essas reivindicações que a classe operária luta contra a pobreza, miséria e fome.

Os nossos sindicatos deveriam estar convocando as assembleias, para organizar uma campanha nacional contra as demissões, fechamento de fábricas, avanço da terceirização e aumento do custo de vida. Os nossos sindicatos deveriam estar lutando pelo fim da reforma trabalhista e da reforma da Previdência.

Esse é o único caminho para unir os empregados, trabalhadores informais e desempregados em todo o país.

No entanto, as direções sindicais deixam de organizar a luta, correm atrás de eleições, e enganam os trabalhadores, com as promessas deste ou daquele candidato. Faltam poucos dias para as eleições. E o Boletim Nossa Classe continua defendendo que os trabalhadores não devem ter nenhuma ilusão nas eleições. Devem confiar em suas próprias forças e organização independente.

O Boletim Nossa Classe defende a independência dos sindicatos diante das disputas eleitorais. Chama os trabalhadores a não confiar nas eleições burguesas. Chama os trabalhadores a empunhar suas reivindicações. E chama a se colocarem pelo voto nulo.

Com ou sem eleições, lutar por nossas próprias reivindicações

As eleições vão passar. O novo governo eleito continuará servindo à burguesia. E nós vamos continuar defendendo e lutando pelo nosso próprio programa de reivindicações. Os baixos salários, o desemprego, a falta de moradia, as péssimas condições de saúde, e a fome de milhões, são causados pela exploração capitalista do trabalho.

Os patrões lucram e se enriquecem por causa da exploração sobre nós, com o nosso tormento do desemprego e com o

nosso salário miserável. É contra a exploração do trabalho que nós, da classe operária, arrancaremos as reivindicações com a força da luta.

Eis por que o Boletim Nossa Classe repete constantemente: Não confiar nas eleições, não confiar em nenhum governo burguês. Confiar, sim, nas assembleias, na democracia coletiva, nos comitês de base, na união dos explorados, na greve e nas manifestações de rua.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Lutemos com este programa operário

- 1) Redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários. Assim, milhões de postos de trabalho serão abertos. Faz parte dessa reivindicação, a estabilidade no emprego. De forma que os patrões não possam demitir livremente;
- 2) Volta da contratação direta pelas empresas. Fim da terceirização. Efetivação imediata dos terceirizados. Nenhum trabalhador sem carteira profissional assinada;
- 3) Implantação do salário-mínimo vital, calculados de acordo com as necessidades reais da família operária. Reajuste automático de acordo com o aumento do custo de vida;
- 4) Aumento geral dos salários, que estão desvalorizados pela alta inflacionária, e elevação dos preços dos produtos da cesta-básica;
- 5) Revogação da reforma trabalhista de Temer e da reforma previdenciária de Bolsonaro;
- 6) Criação de um programa de moradia popular, controlado pelos próprios trabalhadores;
- 7) Estatização do sistema privado de saúde e constituição de um sistema único, público e gratuito.

Com essas reivindicações e com a união dos empregados e desempregados, avançaremos na defesa das condições de vida da maioria oprimida. Basta começar a luta pelo caminho certo, para fortalecer nossa confiança na capacidade de enfrentar a burguesia exploradora e os seus governantes.

A classe operária e os demais trabalhadores têm como lutar por um governo próprio, ou têm de se manter eternamente submetida a governos burgueses?

Sim, a classe operária tem como lutar por um governo próprio, um governo operário e camponês. Mas, para isso, é preciso fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário (POR), que tem, como porta-voz fabril, o Boletim Nossa Classe. Os partidos legalizados para as eleições, ou representam os interesses da burguesia, ou da classe média. Eis por que são eleitores. O Partido Operário Revolucionário será legalizado, se a classe operária impor ao Estado e à burguesia o direito de seu

partido, o POR, de defender e trabalhar pela revolução proletária. Diante da impossibilidade de lançar candidaturas operárias, classistas e revolucionárias, não há alternativa, a não ser o voto nulo consciente.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores e a juventude oprimida a não apoiarem nenhum partido ou candidato da burguesia. Chama a votarem nulo e a se preparem para a luta.

Vote Nulo! Anule o voto em defesa da independência de classe! Não confie nossas reivindicações aos eleitores, que depois de eleitos governarão para os capitalistas! Vote Nulo! Anule o voto em defesa do programa próprio de reivindicações! Somente com nossa

própria organização, combateremos o desemprego, o subemprego, a informalidade, a terceirização, a pobreza, a miséria e a fome! Vote Nulo! Anule o voto em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário (POR)!

Pernambuco

● Proletário

O Boletim de Setembro iniciou convocando os explorados a irem às ruas no dia 7, com a primeira parte intitulada “Todos ao grito dos excluídos”. Sendo apontado no texto as ameaças golpistas por parte de governo que convoca seus apoiadores a estarem nas ruas no 07/09, dizendo “não reconhecer” outro resultado além da própria reeleição. Com isso, é necessário que os explorados estejam alertas e, portanto, estarem também nas ruas, se opondo a essa escalada autoritária. Por isso, a convocação ao “Grito dos excluídos”, manifestação dos “movimentos sociais que denuncia a independência do Brasil nunca foi verdadeira”. Antes sob influência dos colonizadores portugueses, depois imperialismo inglês, hoje, o Brasil encontra-se sob influência direta do imperialismo estadunidense, como também refém do pagamento da dívida pública a bancos estrangeiros. Assiste-se assim, a sangria das riquezas nacionais.

A segunda parte trouxe os seguintes títulos “Nenhuma

ilusão nas eleições” e “Criar os comitês de luta nos bairros!”. O primeiro aponta para o quadro de desagregação social em que vivemos com desemprego e informalidade em alta. Como também problemas na saúde, transporte e educação. O boletim diz: “Basta de escolher o menos pior”, urgente que a juventude e demais explorados somem-se na tarefa de construir seu próprio partido revolucionário, que ponha de pé um governo operário e camponês. Para isso, fica o chamado ao primeiro passo: “Construir a independência da classe”. Pois, as mesmas lideranças que as vésperas das eleições aparecem oportunamente para mobilizar os explorados em torno de candidaturas, não convocam para luta em torno das reivindicações. Embora seja esse o caminho assertivo, o de se convocar um verdadeiro Dia Nacional de Lutas, com independência de classe, construindo pelas bases através e comitês e assembleias os bloqueios e paralisações.

Pernambuco / Boletim Nossa Classe

Assembleia dos Metroviários do Recife contra a precarização e privatização

Na terça-feira do dia 08/09, o Sindicato dos Metroviários de Pernambuco, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o estado de greve e oficializou uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho sobre a precarização do metrô. Na ocasião, em número reduzido, se comparado às assembleias ocorridas no mês maio (denotando a descrença de boa parte dos funcionários nos meios de reivindicação adotados), a categoria expressou sua revolta sobre a ausência de recursos e investimento, não só para o bom funcionamento das linhas, como também para sua ampliação e as péssimas condições de trabalho, como anos sem reajuste salarial; redução da frota (que, dentre outras consequências, superlota os poucos metrô em funcionamento, e submete os usuários a condições sub-humanas de trajeto), e necessidade de ‘cotinhas’ para compra de peças para o metrô continuar funcionando.

Como era de se esperar, estavam presentes candidatos a cargos eleitorais, que se promoveram e esbanjaram oportunismo, em falas ilusórias de que a solução para o sucateamento do serviço público está nas eleições presidenciais. Houve também falas das centrais e direções sindicais, expressando o inconformismo, mas, oferecendo como meio para mobilização da categoria uma luta corporativista, não unindo forças com outras categorias; confiança na ineficaz via parlamentar, culpando a conjuntura atual da situação de descaso, e abrandando a

força dos metroviários à ilusão de que a superação do desmonte está numa mera denúncia ao burocratismo do Ministério Público do Trabalho e na eleição de Lula à presidência. Esse é mais um cenário que escancara a crise nas direções sindicais. Percebem-se as tendências de disposição à mobilização dos trabalhadores, todavia sob uma total amnésia e descrença em seus métodos históricos e próprios de luta.

As falas na Assembleia evidenciaram que as direções estão vendidas a partidos eleitorais, que mascaram a raiz e frutos apodrecidos do capitalismo, e acentuam a dura exploração sentida pelas pessoas que trabalham e que usam o transporte público. As direções, em conciliação com a agenda neoliberal do capital, neutralizam os métodos de luta dos oprimidos e oferecem negociações levianas para uma minoria, ocultando estatização e enfraquecimento das direções sindicais, enquanto põem em curso a agenda privatista e entreguista, que primeiro passa pelo sucateamento e despolitização da massa.

O POR atuou na Assembleia, demonstrando apoio aos metroviários através da conversa e distribuição do boletim Nossa Classe, que pautou a reivindicação da liberação imediata de verbas para o bom funcionamento e ampliação das linhas de metrô. O boletim também elucidou que somente a luta dos oprimidos no campo da independência de classe é capaz de barrar o sucateamento e subsequente privatização do transporte. Construir a



greve da categoria com base nos comitês de mobilização com a participação da base. Exigir a aplicação imediata dos R\$ 2,4 bilhões do governo federal e estadual para reestruturar o metrô. Desenvolver ações unitárias com os trabalhadores das demais empresas públicas (Petrobrás, Eletrobrás, Correios, BB, Caixa...) que também sofrem com a precarização/privatização. Que as centrais e sindicatos convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos e contra as privatizações. Pela construção de uma Frente Única Anti-imperialista, contra todo entreguismo e pelo não pagamento da dívida pública. Nenhuma ilusão nas eleições! Pela independência política e organizativa dos explorados perante a política burguesa!

Campanha da Corrente Proletária em defesa do piso salarial dos enfermeiros e técnicos em enfermagem

Em 5 de agosto, foi aprovado o piso nacional dos enfermeiros de R\$ 4.750 e para os técnicos em Enfermagem, R\$ 3.325; os auxiliares e as parteiras não podem receber menos que a metade do piso pago aos enfermeiros, ou seja, R\$ 2.375. Portanto, um piso inferior ao salário mínimo do Dieese, que é de R\$ 6.298,91. Tratava-se de uma antiga reivindicação da categoria, que logo foi questionada na Justiça. A Confederação Nacional da Saúde (CNSaúde), atendendo aos interesses dos grupos

econômicos privados de saúde, protocolou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a lei. O STF acatou a ADI e o ministro Luís Roberto Barroso manifestou-se contra a Lei do Piso Salarial Nacional.

Enquanto os grupos privados ameaçavam com a demissão, caso tivessem de pagar o piso salarial aos trabalhadores da saúde, as direções sindicais prometiam ir à greve. Nesse momento, os juízes do STF, que ganham rios de dinhei-

ro, votam a favor ou contra a decisão do ministro Luís Roberto Barroso.

O POR apoia a reivindicação da categoria. Denuncia a pressão dos grupos privados sobre o STF. Mostra que o método para garantir o piso salarial nacional está na força do movimento. E levanta das bandeiras: um único sistema público de saúde, estatização de toda rede privada de saúde, sob o controle pelos trabalhadores; salário mínimo vital calculado pelas assembleias dos trabalhadores. ■

São Paulo

Boletim da Corrente Proletária na Educação – setembro

O Boletim trouxe como nota central a bandeira “Não deixemos que o eleitoralismo desvie o caminho da luta”. Eis algumas passagens: “Vem crescendo o descontentamento entre os trabalhadores com os baixos salários, a perda de direitos, o aumento da superexploração, o avanço da privatização na educação e da terceirização. As direções sindicais, em vez de unir os trabalhadores da educação com os demais explorados, os arrastam a confiar no parlamento e nas eleições burguesas. Escondem que, qualquer que seja o candidato eleito, governará para os capitalistas. A crise econômica não permitirá que o próximo governo recupere o poder de compra dos salários, coloque fim às reformas trabalhista e previdenciária, a terceirização e ao “Plano de Carreira do PSDB”. Portanto, não será por meio das eleições que conquistaremos as reivindicações. Será por meio da luta independente, e com nossos próprios métodos. A Corrente Proletária vem fazendo a campanha com as bandeiras: “Nenhuma ilusão nas eleições, organizar a luta pelos empregos, salários e direitos”. Que as direções sindicais convoquem as assembleias, e aprove um programa de reivindicações, que unifique a maioria explorada, para ganhar as ruas em um poderoso movimento. Chama assim os trabalhadores da Educação e demais assalariados a confiarem em suas forças coletivas.

Compõe o Boletim, a campanha contra as demissões e a terceirização. Inicia com o anúncio de demissão de 3.600 operários da Mercedes de São Bernardo do Campo e sua substituição pelos terceirizados. Mostra que, na Educação, a terceirização também vem substituindo os funcionários de escolas. Reivindica que as direções das centrais e sindicatos organizem uma campanha nacional pelos empregos, salários e contra as reformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização. Que convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações, para unificar empregados, desempregados, terceirizados e informais.

Faz parte, também, o chamado para que a Apeoesp e Afuse convoquem uma assembleia unificada, para enfrentar o avanço das PEIs, a imposição da Ejatec e do Plano de Carreira do governo e a reforma do ensino médio. Destaca que o descontentamento no interior das escolas é grande, mas a fragmentação dos trabalhadores da Educação é enorme. Diz: “Quanto maior é a divisão, mais fácil é para o governo. E mais difícil se torna a luta por unir os trabalhadores da Educação e estudantes. A Corrente Proletária trabalha pela unidade, pela coesão dos trabalhadores. Essa unidade só pode ganhar força com a organização coletiva, que tem de se dar a partir da assembleia e da democracia sindical. Nesse momento, faz campanha

para que as direções sindicais, Apeoesp, Afuse e entidades estudantis, não desviem do caminho da luta. Não alimentem ilusões nas eleições”.

O Boletim encerra com três notas: “Derrubar o confisco salarial dos aposentados”, que afirma que a derrubada do confisco não será com promessas eleitorais, nem com discursos inflamados. As direções sindicais precisam convocar os aposentados para ganhar as ruas. A unidade entre professores e funcionários da ativa e aposentados é fundamental. Somente a luta unitária poderá pôr fim ao confisco salarial dos aposentados. A outra nota é sobre a “Farsa do concurso para professores”. O governo anunciou um concurso para 15 mil vagas, mas, estão trabalhando na rede, 95 mil professores contratados. Portanto, servirá para demitir e manter milhares com os contratos precários. Conclui defendendo a efetivação de todos os professores contratados. Não às demissões; não aos contratos precários. Nada de concorrer uns com os outros! Divisão das aulas entre todos os professores que já estão na rede de ensino. Estabilidade a todos que trabalham. Redução da jornada sem redução dos salários. Salas de aula com no máximo 25 alunos. Abertura de todas as salas fechadas. A última nota trata-se da campanha contra as perseguições políticas aos professores que se vêm colocando contra as PEIs e os planos do governo de privatização da educação. Isso como parte da luta pelo fim da perseguição à professora Perla do município de Caraguatatuba e em defesa da liberdade de expressão e manifestação.

O Boletim da Corrente encerra com a denúncia sobre a precariedade da merenda escolar. Diz: “Na semana passada, veio à tona o que ocorre em grande parte dos municípios do país. A primeira, alunos sendo marcados nas mãos para não repetir a merenda. A segunda, bolachas nas bacias e suco de maracujá, como sendo almoço e lanche. Isso ocorre porque há anos que não há reajuste do valor de repasse das merendas, que é de R\$ 0,36 por aluno. Não há reajuste, porque os recursos à Educação vêm sendo arrancados pelos governantes. Basta lembrar que, para reduzir o preço dos combustíveis, a solução foi cortar parte do orçamento da Educação e Saúde. Para votar as medidas contra os trabalhadores, Bolsonaro criou o “orçamento secreto”, um rio de dinheiro para comprar os deputados e senadores.

As direções sindicais se limitam a denunciar a trágica situação das escolas públicas. Mas rejeitam transformar as denúncias em ações coletivas. As denúncias em si, particularmente em momento eleitoral, compõem como disputas entre candidaturas. A função do sindicato é responder com luta, o que necessita de organização. Daí a tarefa fundamental da CNTE e dos sindicatos, convocar as assembleias e preparar a greve nacional. Sem luta direta, as denúncias são palavras ao vento”.

São Paulo / Entrega das moções contra a perseguição da professora Perla Martins na Secretaria da Educação

No dia 6 de setembro, militantes da Corrente Proletária entregaram ao Secretário da Educação 47 moções, assinadas por sindicatos e uma pela CSP-Conlutas, também assinadas pelos sindicatos que compõem a central. Foram entregues também moções com assinaturas de professores e sindicalistas de São Paulo e Pernambuco. Um ofício foi protocolado. Diz o ofício: “Nós, representantes de professores e sindicatos, vimos por meio dessas moções solicitar o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar (PAD), aberto contra a professora Perla

Camila de Melo Martins, do município de Caraguatatuba. E a suspensão de medidas da Procuradoria Geral do Estado contra a referida professora. A solicitação tem como fundamento o direito democrático de manifestação e expressão sindicais diante de problemas que ocorrem nas escolas. Direito esse que se assenta na defesa da educação pública para todos. Por fim, requerer que o presente seja apreciado de acordo com o artigo 114 da Constituição Estadual”.

Até o momento, a resposta da SEE é que o processo se encontra

tra na Procuradoria de Procedimentos Disciplinares.

É importante exigir da Apeoesp que reconheça a existência da perseguição nas escolas, agravada pela orientação do governo Bolsonaro, que procurou implantar a “Escola sem Partido”; e do governo de São Paulo, as PEIs. A campanha de defesa da profes-

sora Perla não se limita a um caso isolado, uma vez que reflete o autoritarismo que ganhou terreno nos últimos anos no interior das escolas públicas. A defesa do direito de cátedra, de expressão e de organização sindical é parte da luta contra o capitalismo em decomposição e as tendências políticas fascizantes. ■

São Paulo – ABC / **Reunião de Representantes de Escola de Mauá aprova a moção contra as perseguições**

Na reunião da subseção da Apeoesp de Mauá (ABC), aprovou-se a campanha com uma moção, junto às escolas contra as perseguições políticas. Eis: *“Casos de assédio, perseguição e autoritarismo são rotina nas escolas estaduais de Mauá. Não bastasse o desmonte da carreira docente promovido pelos governos, os profissionais de Educação estão adoecendo mentalmente, emocionalmente e fisicamente, fruto de uma política pensada e descaradamente praticada para promover a perseguição aos professores e demais funcionários da rede pública, com o objetivo de desarticular a luta contra os retrocessos e escândalos na educação pública. Direções de escolas abusam de um suposto poder que acreditam ter, e obrigam professores a fazer tarefas totalmente fora das resoluções, exemplo é o cumprimento das APD (atividades pedagógicas diversificadas), e quando não são atendidas por professores que conhecem seus direitos e deveres, perseguem e utilizam do medo do desemprego, ao afirmarem que podem cessar contratos e abrir processos administrativos. Tudo feito de maneira que o professor não consiga se defender, mesmo sabendo dos seus direitos e defesa deles. Algumas direções de escola estabelecem regras para mostrar aos pais que é possível ter ambiente escolar organizado tirando quem não obedece aos mandos impostos. Essas direções utilizam de métodos que fiscalizam, perseguem e expõem quem não*

concorda com as normas. Usam livros em que professores, alunos e pais registram as ocorrências, em seguida, convocam quem é citado para ter ciência. Ao ler a ocorrência e assinar, tem professores assinando provas contra si mesmo. As direções de escola alegam que cumprem as decisões, conforme supervisores determinam. Em Mauá, a subseção da APEOESP está recebendo inúmeros casos de professores que estão adoecendo dentro das escolas, devido ao abuso de poder, perseguição, assédio e autoritarismo de direções escolares que são arbitrarias. Estas atitudes estão cada vez mais frequentes dentro das escolas. Algumas direções chegam ao cúmulo de promover um verdadeiro interrogatório aos professores por denúncias produzidas por estudantes, muitas vezes, sob orientação da própria direção escolar. Supervisores aplicam investigações policiais indo nas escolas em horário de trabalho de professores e funcionários, chamando-os para citar o que sabem. Os fatos acima citados estão provocando demissões sumárias de professor contratado (Categoria O) e PAD (Processo Administrativo Disciplinar), para quem é efetivo, ou F, que são submetidos a oitivas (interrogatório em sala fechada com supervisores), em salas na diretoria de ensino”. Conclui a moção, defendendo o fim das perseguições, o direito de manifestação e expressão e a educação pública para todos. ■

SINPEEM / **Por um Congresso democrático e de luta**

A direção do SINPEEM abriu o processo de eleição de delegados para o 31º Congresso da entidade, que se realizará entre os dias 18 e 21 de outubro. Divulgou também os critérios para inscrição de emendas ao chamado “Texto Referência”. Ambos aspectos já apontam para a repetição do burocratismo, que tem sido uma marca dos Congressos desse sindicato, fato que exige, desde já, da vanguarda e dos trabalhadores da categoria, a luta por um Congresso que respeite o princípio da democracia operária, e que sirva realmente à organização da luta pelas reivindicações.

Este ano, terá algumas particularidades. Será o primeiro Congresso a ocorrer após a eclosão da Pandemia. Durante este período, o sindicato suspendeu as instâncias presenciais, como a Reunião de Representantes de Escola (REs) e a do Conselho Geral, realizando apenas caricaturas de reuniões sindicais pela via virtual. A experiência demonstrou que as reuniões on-line reforçam o controle burocrático exercido pela direção, dado que não há qualquer controle sobre os inscritos, não é possível contestar os encaminhamentos, além do fato de manter os trabalhadores isolados em suas casas, aniquilando o caráter coletivo e de ação, que devem possuir as instâncias sindicais.

O Congresso também ocorrerá numa conjuntura conturbada, nacional e internacionalmente. Nacionalmente, pela continuidade da crise política do governo, em período eleitoral; mundialmente, pelo prolongamento da guerra na Ucrânia, e o acirramento das tensões entre EUA e China, que tornam a situação especialmente grave. As tendências bélicas do capitalismo em decomposição voltam a ameaçar a humanidade, com a sombra de uma possível Terceira Guerra. Como pano de fundo, tanto interna quanto externamente, encontramos a crise estrutural do capitalismo, condicionando as oscilações da política.

A eleição de delegados, o confronto das teses e posições, deveriam estar voltados a armar politicamente os trabalhadores para

enfrentar essa conjuntura. No entanto, se dará em um quadro de total paralisia do sindicato, imposta por sua direção. Nem uma assembleia sequer foi convocada, em todo o ano de 2022. A data-base foi encerrada com um acordo de diminuição salarial, com um índice abaixo da inflação, sem que a categoria tivesse podido manifestar-se coletivamente sobre as reivindicações e métodos de luta. Nada. Daí a importância de que o Congresso realize um rigoroso balanço desse processo, tendo em vista a necessidade de organizar os próximos combates.

O problema é que há outros indícios de que a tendência é a da repetição do caráter antidemocrático, despolitizado (há um predomínio do culturalismo e de palestras distracionistas) e festivo (a programação é recheada de atividades culturais). A começar pela imposição do tal “Texto Referência”, que a direção insiste em afirmar que se trata de um “acúmulo” das deliberações congressuais anteriores. Mentira! Aliás, uma mentira deslavada, que ficou ainda mais explícita este ano: como pode o “Texto Referência” representar esse “acúmulo”, se apresenta diversas elaborações sobre o governo Bolsonaro, sobre a Pandemia e a guerra na Ucrânia, se não tivemos Congresso nos últimos anos? Na verdade, trata-se da tese da corrente majoritária, liderada pelo Cláudio Fonseca.

A proibição de apresentação de teses ao Congresso é uma imposição burocrática, que impede a livre manifestação de posições divergentes em relação à própria diretoria. Um Congresso realmente democrático não silencia as oposições – isto é elementar. Aos agrupamentos oposicionistas é reservada tão somente a possibilidade de inscrever “emendas” à tese da majoritária. Mesmo assim, há um irrisório limite de caracteres por cada tema, além de ser exigida a apresentação de 90 assinaturas de filiados para a inscrição. São filtros burocráticos.

A Corrente Proletária na Educação – POR – conseguiu eleger os seus representantes e inscreveu as suas emendas, mas levará ao

Congresso a sua tese impressa, para a distribuição aos delegados, e exigirá, na abertura do Congresso, que seja permitida a apresentação das teses no microfone. Comparecerá defendendo a política da classe operária, erguendo um programa de luta, tomando como ponto de partida as reivindicações imediatas da categoria e dos trabalhadores em geral, sem deixar de fazer a ponte entre

essas bandeiras e as consignas mais gerais, como a luta contra a repressão, e em defesa de que as centrais sindicais e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, como preparação da greve geral. Chamamos a vanguarda com consciência de classe a se juntar à Corrente Proletária nesse combate, por um Congresso verdadeiramente democrático e de luta. ■

■ Pernambuco / Corrente Proletária Estudantil - UFPE

A Corrente Proletária Estudantil está se rearticulando no UFPE, com a aproximação de novos militantes e contatos estudantis. Preparamos um primeiro boletim, que será combinado com a banca de materiais. A primeira nota, intitulada “Quem Somos”, explica “Mesmo que a classe operária seja minoritária no interior da universidade, consideramos fundamental que a juventude oprimida e classista adote um programa proletário, ou seja: um programa revolucionário. Isso significa sair do campo da política burguesa ou pequeno-burguesa, que deixa os estudantes na passividade, enquanto questões fundamentais de suas vidas são decididas pelas burocracias estudantis, universitárias e políticos. Atuar no campo da independência de classe pressupõe colocar as massas estudantis em movimento, e garantir a democracia a partir das bases, com os comitês e assembleias.

A política classista busca a unidade entre os oprimidos, dentro e fora da Universidade. Aqui dentro, na mobilização por condições de estudo e trabalho, precisamos de comitês junto aos técnico-administrativos, docentes e terceirizados. De forma mais geral, buscamos somar forças com a juventude que não consegue entrar na Universidade Pública, com os camponeses pobres, com os povos indígenas, com a classe operária, por empregos, salários, direitos trabalhistas, sociais, contra as discriminações raciais e sexuais, por terra e contra as privatizações. O capitalismo não tem nada de progressivo a oferecer à juventude! Fazemos o chamado à luta, com os métodos de ação direta, por nossas reivindicações imediatas, em unidade com a luta pela revolução socialista!”.

A segunda nota trata do problema do fechamento do Restaurante Universitário, e teve como título: “É Inaceitável estudar com fome! Que o DCE convoque já a assembleia para organizar a luta!” Relaciona o problema com os cortes no orçamento da Educação, alta do custo de vida e desemprego, que afeta a juventude e suas famílias e defende: “Na educação básica, a alimentação é parte do direito à educação pública, assim deve ser no ensino superior: exigimos gratuidade e universalidade do R.U.”... Também rechaça a terceirização “Os estudantes precisam ter uma posição firme contra a terceirização, em defesa da efetivação de todos os terceirizados, sem concurso, com os mesmos direitos que os efetivos. A Universidade deve oferecer diretamente a alimentação, sem empresas intermediárias.” E também relaciona com a questão do poder na universidade. “Como o poder é concentrado nas mãos de uma casta docente, as necessidades de permanência estudantil nunca são prioridade. Defendemos o poder estudantil. A Universidade só terá autonomia de verdade, quando seu poder for exercido por um governo de estudantes, professores e técnico-administrativos, com voto universal e soberania da Assembleia Geral Universitária. São os que estudam e trabalham que devem controlar as decisões sobre as verbas e decisões pertinentes ao espaço acadêmico.”

Por fim, a nota exige que o DCE convoque a assembleia geral.

E conclui “É urgente que os estudantes voltem a usar os métodos da ação direta: as grandes manifestações, as ocupações e as greves. Basta de enrolação: com a barriga vazia não dá para estudar.”

A terceira nota, intitulada “DCE: organizar uma oposição classista e de luta desde já”, trouxe o balanço das eleições na entidade e da última gestão (Correnteza (PCR/UP); MUP-UJC/PCB; JAE/PT; e Afronte-Resistência/PSOL), que deixou o DCE fechado por mais de dois anos, sem uma real mobilização estudantil. “Mesmo quando já voltaram os atos de rua, a gestão continuou com as atividades restritas ao mundo virtual, lives, assembleias remotas onde a direção só encaminhava o que era de seu interesse, violando a democracia estudantil.” As lutas que houveram no período não partiram da entidade, e se restringiram a soluções corporativistas “por exemplo, a manutenção da bolsa de assistência estudantil para uma ala dos estudantes veio junto com a não abertura de editais de assistência para os novos estudantes”. (...) “O governo e a reitoria aplicaram o ensino a distância, levando a uma grande farsa no aprendizado, deixando a universidade mais excludente e elitista. Não enfrentaram nenhuma resistência dos estudantes da UFPE.”

O boletim explica que o MUP (UJC/PCB) já havia se retirado da gestão, e também somava críticas à Correnteza. Mas, as duas correntes voltaram a seu unir de forma oportunista, contando com a adesão do Afronte, com a chapa “É tudo pra ontem”. “O nome, em vez de representar a urgência em organizar a luta, só reforçou o improvisado de quem não fez o dever de casa, e depois tentou correr atrás do prejuízo”.

“O fechamento do DCE e a desmobilização foram um prato cheio para a UJS, a juventude do PCdoB e o Levante (PT) se apresentarem como quem vai retomar o movimento”. O boletim já prognosticou que o DCE permanecerá burocratizado e subordinado aos governos. “O PCdoB ocupa há várias gestões a chapa, com o PSB no governo do estado e prefeitura (até 2020). Ou seja, nunca organizaram uma luta séria contra os aumentos de tarifa, por passe livre para os estudantes da federal. Além disso, o mesmo partido dirige majoritariamente a UNE, que há décadas, em vez de organizar a luta em defesa dos estudantes, se adapta à privatização e aos ataques, e se transformou em um trampolim eleitoral e fábrica de carteirinhas.”

O Boletim conclui: “Se não podemos esperar uma gestão classista e democrática, é nosso dever, desde já, exigir que o DCE cumpra seu objetivo: mobilizar e unificar os estudantes em torno de suas reivindicações. O primeiro passo é a convocatória de uma grande assembleia, com mobilização prévia, em todos os campi, para organizarmos um plano unificado de lutas. É preciso exigir também, nesse momento eleitoral, que seja preservada a independência política e organizativa da entidade, nada de reforçar as ilusões nas eleições burguesas. Temos de confiar em nossas próprias forças e organização!”. ■

■ Rondônia / **Disputa eleitoral no estado e o peso do bolsonarismo**

O quadro de disputa eleitoral para governo do estado conta com cinco candidaturas. O atual governador bolsonarista, Coronel Marcos Rocha, pela União Brasil, com a “Coligação Compromisso Trabalho e Fé”; Daniel Pereira, pelo Solidariedade, com a coligação Frente Democrática – “Federação Brasil da Esperança”, (PT/PV/PCdoB), PSB, Solidariedade e PDT; Léo Moraes (PODEMOS), com a coligação “Juntos Podemos Mais”; Marcos Rogério, PL, com coligação “Pelo Bem de Rondônia e Pelo Bem do Brasil”; e Pimenta de Rondônia, PSOL, coligação “Federação PSOL e Rede”. Inicialmente, eram sete candidaturas, porém, dois foram indeferidos pelo Tribunal Eleitoral – Ivo Cassol/PP e Valclei Queiroz/ AGIR. Os demais candidatos tentam comparecer perante a população como os que serão capazes de melhorar as condições da maioria. Rios de dinheiro são colocados, para arrastar as massas a comparecer e votar nas promessas dos eleitores.

A maioria dos partidos de esquerda está na chamada “Frente de Esquerda”, a exceção do PSOL e Rede, que apresentaram candidatura própria. No entanto, segue a mesma política de alimentar ilusões na democracia burguesa.

Até o presente momento, o atual governador, Marcos Rocha, está na dianteira nas pesquisas eleitorais. Conta para isso com a máquina do governo, para conseguir votos entre a maioria explorada. Os candidatos apoiados pelas direções sindicais e pelos movimentos sociais – Daniel Pereira e Pimenta de Rondônia – estão com baixa porcentagem nas pesquisas. Como há uma polarização nacional entre Lula e Bolsonaro, os votos nulos e brancos têm sido baixos, o que mostra o quanto as ilusões eleitorais estão ainda presentes entre a maioria oprimida. E o poder das igrejas sobre as massas pobres.

O POR vem fazendo uma campanha, sob a bandeira “Não confiar nas eleições burguesas, confiar em nossas próprias forças coletivas”. Levanta um programa de reivindicações em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, moradia, e saúde e educação públicas. Mostra que as reivindicações dos explorados serão conseguidas pela força coletiva e pelos métodos próprios (greves, ocupações, manifestações), e não com as promessas eleitoreiras. E diante da impossibilidade de lançar candidaturas operárias, classistas e revolucionárias, o POR não teve alternativa, a não ser defender o voto nulo pelo partido revolucionário.

São Paulo **Intervenção do POR no Grito dos Excluídos**

A importância do ato unificado na Praça da Sé



Neste ano, o tradicional Grito dos Excluídos, do 7 de setembro, foi unificado, na Praça da Sé. Isso, depois de alguns anos de divisão, tendo dois atos simultâneos, um na Sé, outro na Av. Paulista. O motivo foi a impossibilidade de usar a Paulista, já que o ato dos bolsonaristas seria lá. A unificação foi positiva, mas agora é preciso superar a divisão de forma definitiva, não só por uma dificuldade circunstancial.

A realização do ato neste dia também foi positiva, pois, resistiu à orientação do PT e Lula para que as pessoas ficassem em casa, para evitar choques com os bolsonaristas. Essa orientação capituladora de Lula revela, mais uma vez, que o PT serviu de sustentáculo para a governabilidade de Bolsonaro, ao longo desses últimos 4 anos.

O POR participou da construção desta manifestação junto às demais organizações. Defendemos nesse momento uma manifestação unitária, classista, que levantasse uma plataforma de reivindicações dos explorados e apontasse o caminho da ação direta para conquistar essas reivindicações. Essa defesa estava em choque frontal com posições eleitoreiras, que se manifestariam no dia.

Apesar da concordância geral, na preparação, de que não deveria ser uma manifestação eleitoreira, contando inclusive com a decisão de que candidatos não fariam uso da palavra, o dia 7 foi marcado pelo eleitoralismo, que está impregnado nos movimentos sociais, e nos partidos reformistas e centristas.

Não faltaram falas em defesa da candidatura de Lula como a única “esperança” para os trabalhadores. Outras intervenções não foram tão explícitas, apontando a necessidade de tirar Bolsonaro ou frear um possível golpe, deixando implícito que a eleição de Lula seria o caminho para essas necessidades.

Apesar da chuva, foi uma manifestação grande. O POR fez uma intervenção, distribuiu seu manifesto sobre sua posição nas eleições, levantou palavras de ordem em defesa dos empregos, salários e direitos, e atuou com as bandeiras e reivindicações da classe operária e maioria oprimida. Fomos a única corrente a denunciar na manifestação a demissão de 3.600 operários, que havia sido anunciada no dia anterior, na Mercedes-Benz. Esta denúncia e o combate ao eleitoralismo foram as marcas distintivas da atuação do POR. Sob a bandeira de “Nenhuma ilusão nas eleições!”, e “Toda confiança em nossas próprias forças!”, o POR apontou para os explorados que a saída para seus problemas não está na eleição de um novo governo burguês, mas sim na luta de classes, com uma plataforma de reivindicações, independência de classe, e métodos próprios do proletariado. A denúncia da guerra na Ucrânia, e as bandeiras do CERQUIL, estiveram presentes na manifestação, por meio dos nossos materiais e Jornal Massas. Apesar do abandono das esquerdas na luta pelo fim da guerra, nosso partido mantém em pé sua campanha contra essa guerra de dominação, impulsionada desde os EUA.

Pronunciamento do POR

Nós nem precisaríamos vir aqui hoje para falar sobre a fome, a miséria, o desemprego e a falta de moradia. Para isso, basta olhar em volta e a gente vai ver a barbárie. No dia de ontem, 3.600 operários foram demitidos na Mercedes, no ABC. Temos de colocar esse ato para fazer essa denúncia, a denúncia do desemprego, a denúncia da destruição dos postos de trabalho, do fechamento da Ford, do fechamento da LG, do fechamento da Caea, e demissão de milhares e milhares de operários. Mas o que eles têm para nos oferecer, diante dessa situação de barbárie? Oferecem-nos a esperança. Esperança, camaradas, nunca

encheu a barriga de ninguém. Esperança nunca pôs prato de comida na mesa.

O que nós temos é de confiar nas nossas próprias forças, nos nossos próprios métodos, e com nossas próprias reivindicações. Por isso, nós da Corrente Proletária e do Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário, estamos aqui para dizer: nenhuma ilusão nas eleições, e toda confiança nas nossas forças, toda a confiança nos nossos métodos de luta. O nosso programa é o da classe operária, que é da maioria oprimida, que inclui a revogação da reforma trabalhista; a revogação da reforma da Previdência; fim da lei de terceirização; fim das discriminações raciais e sexuais; liberdade irrestrita de greve e de manifestação; emprego e moradia para todos.

Acontece, camaradas, que esse programa não pode ser conseguido [conquistado] com a conciliação de classes. Esse programa só pode ser conquistado com independência de classe. Na rua, com nossos métodos próprios. Por isso, nós temos uma tarefa muito importante, que é arrancar os sindicatos do eleitoralismo, tirar os sindicatos das campanhas para o candidato

A ou B, sindicato não é braço eleitoral, sindicato tem de ser colocado na luta, todos os recursos têm de ser postos na luta, por isso, defendemos nossos próprios métodos, que é o método da ação direta, o método da greve, das assembleias, dos comitês de luta, dos piquetes e dos bloqueios, das ocupações. Isso não é possível de ser conquistado nas eleições. Só mesmo aqui, na rua, com nossos métodos próprios.

Para finalizar, camaradas, defendemos que seja convocado imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações, bloqueios, como forma de preparar a Greve Geral nesse país. Concluo com uma palavra de ordem, uma palavra de ordem operária para responder as demissões. Peço que os camaradas que me acompanhem: se o patrão fecha a fábrica, não paga o salário... controle operário. Se o patrão fecha a fábrica, não paga o salário... controle operário. Mais uma vez bem forte: se o patrão fecha a fábrica, não paga o salário... controle operário.

É isso aí, camaradas. Nenhuma ilusão nas eleições! Toda confiança nas nossas próprias forças!

Rio de Janeiro / A realização do Grito dos Excluídos se contrapôs à orientação petista



No último dia 7 de Setembro, o POR atuou, por meio de seu manifesto no Grito dos Excluídos, do Rio de Janeiro. O ato que historicamente sempre esteve ligado a movimentos sociais e com cunho religioso, dessa vez, contou com ampla presença de partidos de esquerda, que não se furtaram em utilizar a mobilização para fazer palanque eleitoral.

Apesar do caráter eleitoreiro da maioria das falas, alguns discursos destoaram, em meio à multidão, não deixando de abordar questões relacionadas às necessidades imediatas dos explorados. Não fizemos uso da fala no carro de som, mas pudemos falar diretamente com

uma série de militantes independentes e de outras organizações, firmando nossa posição frente à eleição.

Ao final do ato, ficou explícito o amorosismo das organizações, uma vez que alguns militantes no ponto final do ato (Cais do Valongo) começaram a provocar bolsonaristas que estavam em direção a Copacabana. Esse tipo de ação individual não corresponde à ação direta das massas. Não tem qualquer ganho para o movimento. Um ato combativo e classista se dá através de suas reivindicações, o que não foi o caso, já que as correntes se concentraram em suas campanhas eleitorais.

Rondônia / Manifestação eleitoreira, contrária aos interesses da maioria oprimida

Costumeiramente, o “Grito dos Excluídos”, em Porto Velho, acontece em avenidas importantes da cidade, como forma de demonstrar a farsa da independência do país, que é comemorada pelos desfiles de tropas do Exército e de estudantes de diversas escolas. Neste ano, o governo colocou nas ruas representações do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Mas qual foi o objetivo? Foi o de enaltecer a política do governo, como a que está voltada ao atendimento da população, e deixar para trás os problemas da saúde e a violenta exploração dos trabalhadores desse setor público, etc., que vieram à tona nesses dois anos de Pandemia. Por outro lado, ocultar a dura realidade por que passa a maioria

oprimida, pobreza, miséria e fome.

Diante da demonstração de força militar e da demagogia do governo, a Marcha do 7 de Setembro do Grito dos Excluídos ocorreu em outro local. Fato que vinha ocorrendo desde o ano passado. Os partidos de esquerda, juntamente com as pastorais da Igreja Católica e Comissão Pastoral da Terra (CPT), realizaram a manifestação em frente ao centro administrativo do estado.

A divulgação do “Grito dos Excluídos” foi apenas através das mídias digitais, um dia antes. Assim, o comparecimento foi pequeno. Com o agravante de ser eleitoreiro. No ato, reuniram os candidatos dos partidos de esquerdas, burocracias sindicais, direções dos movimentos sociais e



pouco mais de uma centena de manifestantes. Após a concentração, ocorreu uma passeata até o centro da cidade.

O POR interveio com o Manifesto e outros materiais do partido.

Pernambuco / Disputa eleitoral e abandono das bandeiras de luta dos explorados pelas direções sindicais

Em Recife, o ato de 7 de setembro, “Grito dos Excluídos”, foi massivo, a CUT divulgou que 13 mil pessoas participaram. Porém, o ato foi marcado pelo eleitoralismo e o chamado das correntes reformis-

tas, centristas e estalinistas de substituição de um governo burguês por outro, como forma de resolver a miséria que assola a maioria oprimida. No ato, uma juventude oprimida foi arregimentada para

distribuir santinhos e adesivos, usarem camisetas, e marchar com camiseta e bandeiras dos candidatos, reproduzindo o que já estão fazendo nas ruas, desde que começou a campanha eleitoral oficial.

A frente popular do PT/PSB, sob a justificativa de que o mal maior enfrentado pelos explorados é Bolsonaro, defendem o voto em Lula/PT e Danilo Cabral/PSB. Alguns candidatos a deputado estadual e federal foram pedir votos, sob a argumentação que não basta eleger Lula, precisa garantir a eleição dos deputados e senadores que estão com Lula. Assim, participaram diversos candidatos. Marília Arraes, ex-candidata à prefeitura de Recife pelo PT, agora é candidata à governadora pelo Solidariedade, mas segue chamando voto em Lula. Marília saiu do PT, pois, o partido abriu mão de candidato próprio ao governo do Estado para apoiar o PSB. Há dois anos, PT e PSB estavam se engalinhando pela prefeitura, venceu PSB. Agora, Lula faz campanha convocando os explorados à confiarem em Danilo, apontando como seu candidato. O PSB está há vários anos no governo do Estado de Pernambuco e na prefeitura. A quantidade de bandeiras do PSB no ato mostrava o poder da máquina do Estado para influenciar os explorados.

Participaram do ato também PSOL, PSTU, UP Socialista e PCB. O PSTU fez a campanha pela candidatura à presidência de Vera e Cláudia Ribeiro para governadora. O PCB defendeu “Pernambuco para o povo trabalhador – emprego, comida, transporte digno, direitos e povo no poder”, sob as candidaturas de Jones Manoel (para governador) e Sofia Manzano (presidência), além de seus deputados.

O PSOL está fazendo campanha para eleição de Lula/PT, e com candidatura própria para governador do Estado (João Arnaldo). O PSOL/Resistência não atuou no ato, levando as reivindicações dos trabalhadores dos sindicatos que dirige, a exemplo dos rodoviários, que sentem a superexploração das empresas, e amargam a demissão dos cobradores e a superexploração da dupla função – participaram do ato com o pedido de voto na candidatura coletiva de três sindicalistas: Josival Costa (Rodoviários), Rosilda Pinheiro (Metroviários) e Eliomar “Macaxeira” (Correios) – três categorias profundamente atingidas com as contrarreformas trabalhistas e previdenciária, além da privatização, mas a categoria não foi convocada para parar e ir às ruas lutar por suas reivindicações no “grito dos excluídos”, a unidade foi feita para manter os trabalha-



dores sob a ilusão do voto e da representatividade no parlamento burguês.

A UP, que dirige o sindicato da enfermagem, denunciou o sucateamento do SUS pelos governos. Relacionou com o aumento do número de pessoas queimadas nos hospitais pelo uso de fogão à lenha, por causa dos altos preços do botijão de gás. Atuaram junto com movimento de cortiços, bairros e favelas, denunciando o aumento da miséria. Denunciou a impugnação de uma de suas candidaturas, Ludmila Outes – presidente do Sindicato dos Enfermeiros no Estado de Pernambuco (SEEPE) –, por perseguição política do governador Paulo Câmara (PSB) aos partidos pequenos. E afirmou que “pela luta de esquerda radical no parlamento, conquistaremos a revolução, acima de tudo nas ruas”. Além de defender o voto no único candidato à presidência negro, Leonardo Péricles.

O grito dos Excluídos, que historicamente é um dia nacional de resistência dos oprimidos nas ruas do país, se tornou um grande showmício. O POR atuou com banca, manifesto, jornal Massas, e fala, defendendo a independência ideológica, política e organizativa dos explorados – por um governo operário e camponês! Nenhuma ilusão nas eleições que trocará um governo burguês por outro. Todos os candidatos mentem que vão diminuir as desigualdades e tirar milhões de brasileiros da condição de miseráveis e famintos. O POR luta para que os trabalhadores tomem em suas próprias mãos o programa de reivindicações e os métodos da luta de classes! Nenhuma confiança nos partidos e candidatos que servem aos interesses da burguesia! Nenhuma confiança nas direções sindicais que submetem as centrais, sindicatos e movimentos às mentiras eleitorais! Que os explorados defendam seu programa próprio de reivindicações – Que marchemos nas ruas parando a produção, em greve geral, pela revogação das contrarreformas trabalhista e da previdência! Pelo Voto Nulo nas eleições, pela construção do Partido Operário Revolucionário! Fortalecer a campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional pelo fim da guerra na Ucrânia, erguer as bandeiras: Desmonte da Otan e bases militares dos EUA, fim das sanções econômicas norte americanas contra a Rússia, autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia! Repúdio às investidas imperialistas em Taiwan!

mo e o desgoverno de Bolsonaro.



O POR esteve presente com um grupo de simpatizantes. Interviu com uma fala no carro de som ao final do ato, com sua banca de materiais, bandeiras, manifesto e palavras de ordem em defesa dos empregos, salários e direitos. Defendeu a necessidade dos explorados não confiarem nas eleições, mas apenas em suas próprias forças, para enfrentar os ataques dos patrões.

A tarefa dos trabalhadores e juventude oprimida consiste em se emancipar da influência da burguesia e esquerda colaboracionista. Para tanto, é fundamental exigir que as organizações de massa rompam com os capitalistas e seus governos, e organizem a luta imediata em defesa da vida das massas.

Fortaleza / Eleitoralismo das esquerdas

A 28ª edição do Grito dos Excluídos de Fortaleza, ocorreu no 7 de setembro, com o tema “Vida em primeiro lugar: Brasil, 200 anos de independência. Para quem?”. A atividade, organizada pelas pastorais e organizações políticas, contou com cerca de 1.000 manifestantes. O ato teve início da praça próxima ao terminal da Lagoa, e encerrou na praça da Parangaba.

Os partidos que se reivindicam da esquerda compareceram com suas campanhas à caça de votos. Não faltaram os próprios candidatos e as manobras, para dar um tom eleitoreiro à manifestação. O ato foi dirigido pelas pastorais, e não teve como responder à profunda crise econômica que atinge as massas (desemprego, informalidade, inflação e destruição de direitos) com um programa próprio e independente. O interesse das candidaturas reformistas e da burocracia sindical, em canalizar o descontentamento dos explorados para a via eleitoral, explica o porquê das centrais como CUT, CTB e movimentos sociais não confluírem para um poderoso ato de rua, que convocasse os explorados a defenderem-se dos ataques dos governos e burguesia.

O ato foi encerrado com falas genéricas dos organizadores em defesa da vida, da democracia, contra a intolerância, o autoritaris-

Nesta edição:

- **Argentina:** Atentado contra Cristina Kirchner: Rechaçar a violência reacionária com a organização e mobilização no terreno da luta de classes e a independência de classe.
- **Inglaterra:** Desagregação econômica e crise política impulsionam a luta de classes.
- **Tendências da situação política mundial**
- **Lênin:** Projeto de Decreto sobre a Nacionalização dos Bancos e sobre as medidas necessárias para a sua realização.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional


Argentina

Atentado contra Cristina Kirchner: Rechaçar a violência reacionária com a organização e mobilização no terreno da luta de classes e a independência de classe

2 de setembro de 2022

Ontem, um indivíduo se infiltrou no meio de uma mobilização em apoio à vice-presidente, para pôr uma pistola na sua cabeça e disparar. As imagens do momento rapidamente se massificaram, provocando grande impacto pela barbaridade do fato. O agressor foi rapidamente detido pelos seguranças e pelos militantes que ali se encontravam. Segundo as informações do Ministério de Segurança, a arma estava carregada, mas falhou no momento do disparo.

É impossível desligar este atentado da perseguição da justiça burguesa contra Cristina Kirchner e da campanha reacionária dos grandes veículos de comunicação vinculados aos setores mais concentrados do capital. Não se trata de procurar as motivações individuais do atacante, se agiu por conta própria ou não. O que ocorre é que um setor importante da burguesia vem utilizando o discurso fascizante, para incentivar as camadas médias e os explorados contra os setores que se mobilizam. Observamos, dia e noite, na televisão e no rádio, uma campanha sistemática contra os piqueteiros, contra os sindicatos e em defesa dos grandes capitalistas.

O presidente decretou o dia de hoje como feriado nacional, fazendo uma convocação à “defesa da paz e a democracia”. A CTA convocou uma paralisação nacional, e se espera que a CGT se mobilize. Várias organizações sociais também convocaram a marchar em distintos pontos do país. Devemos deixar claro que a única forma de defender as liberdades democráticas, de enfrentar todo tipo de violência reacionária, é com a

organização dos oprimidos nos locais de trabalho e de estudo. É necessário discutir desde as bases nossas reivindicações, no terreno da independência de classe, da luta de classes.

É importante assinalar que não chamamos a defender a “democracia” e a “paz”, mas, as liberdades democráticas e a rechaçar a violência reacionária. A defesa da democracia burguesa e o pacifismo amarram nossos pés e mãos, diante da violência que sofremos, dia após dia, e escondem que o capitalismo é um sistema apodrecido, baseado na exploração e opressão de milhões.

Não podemos confiar nessa mesma justiça que garante impunidade aos que endividaram, saquearam e cometeram crimes contra os movimentos populares. A justiça burguesa, colonizada pela cúpula empresarial nacional e o imperialismo, busca, permanentemente e de forma grotesca, subordinar os diversos setores políticos aos seus interesses.

A violência reacionária é produto da decomposição social e da barbárie capitalista. Na medida que avançam a miséria e a fome, as contradições se tornam mais profundas, e a burguesia e o imperialismo buscam descarregar contra os oprimidos todo o peso da crise. Corresponde vincular a defesa das liberdades democráticas com as reivindicações em defesa das nossas condições de vida e trabalho, com a unidade de todos os oprimidos, sob as bandeiras da classe operária.

(Extraído do Jornal Massas, nº 421, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

Inglaterra

Desagregação econômica e crise política impulsionam a luta de classes



O proletariado vem manifestando com seus métodos próprios de luta. Está colocada a tarefa de desenvolver sua unidade nacional e avançar no caminho da greve geral. O que somente poderá ser cumprido se a vanguarda classista do país desenvolver um programa próprio, romper os diques de contenção e as traições das direções históricas dos sindicatos.

A convulsiva situação política inglesa tem por pano de fundo a desagregação do capitalismo. A renúncia de Boris Johnson e a ascensão de Liz Truss ao cargo de primeira-ministra são episódios na crise de governabilidade, perante as tendências de decomposição econômica e social.

Truss é a face mais visível das tendências chauvinistas no interior da grande burguesia imperialista britânica. A desindustrialização e a perda da competitividade inglesa exigem de sua burguesia acelerar as tendências bélicas, para usufruir de uma nova partilha do mundo. De forma que nada mudará nos rumos da política exterior inglesa. Truss se encaminha a reforçar o apoio militar à Ucrânia, e ampliar o poderio bélico do país. O novo governo, assim como o anterior, está orientado a servir de instrumento político aos objetivos da burguesia nacional, de projetar o intervencionismo militar, e reforçar seu

poder de barganha na divisão de territórios e mercados.

Mas, como sua capacidade de intervir mundialmente acha-se na dependência direta das movimentações dos monopólios e da burguesia norte-americana, o aumento de sua capacidade de lucros da burguesia inglesa, de imediato, reside na sua capacidade de atacar mais a fundo as condições de vida das massas nacionais. O que nada mais fará do que agravar as contradições sociais e políticas presentes no país. A inflação superou os 10% anuais (a mais elevada em 4 décadas), impulsionada pelo aumento dos preços dos produtos importados. Os investimentos produtivos vêm retrocedendo, ano após ano, o que se traduz em precarização trabalhista e crescimento do desemprego crônico. O que, no quadro da recessão e de aumento do endividamento interno, que superou 90% do PIB, assinala uma nova fase de conflitos trabalhistas e salariais.

O recente congelamento dos aumentos dos preços da energia elétrica e do gás, consequência direta da guerra na Ucrânia, foi uma manobra do novo governo, para evitar que se ampliem e estendam as tendências grevistas, e que ganhem projeção a cada dia. Os explorados procuram uma via para impedir que suas condições de existência e de trabalho sejam mais sacrificadas. As poderosas greves operárias, ferroviárias e portuárias, juntamente com os crescentes protestos do funcionalismo público, impulsionam a luta de classes.

O proletariado vem manifestando com seus métodos próprios de luta. Está colocada a tarefa de desenvolver sua unidade nacional e avançar no caminho da greve geral. O que somente poderá ser cumprido se a vanguarda classista do país desenvolver um programa próprio, romper os diques de contenção e as traições das direções históricas dos sindicatos.

A tarefa histórica de erguer uma direção revolucionária pode avançar. O que exige constituir um partido-programa, capaz de avaliar corretamente a situação política, e estabelecer os métodos para abrir caminho à independência de classe e à estratégia da revolução e ditadura proletárias. Cada greve e manifestação deve ser impulsionada e articulada nacionalmente. Por essa via, a classe operária inglesa recuperará o terreno perdido.

R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

Lênin estrategista da revolução proletária

Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Marxismo
Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial

Tendências da situação política mundial

A política revolucionária deve responder à convulsiva situação política mundial. Trata-se das massas oprimidas mundiais defenderem suas condições de existência, erguendo seu programa e estratégias próprias. Abaixo, apresentamos alguns pontos que devem ser assimilados pela vanguarda com consciência de classe para abrir caminho à estratégia da revolução e ditadura proletárias.

1. A crise de superprodução capitalista e a lei tendencial à queda da taxa dos lucros monopolistas impõem as forças cegas de destruição econômica e da barbárie social. A espiral inflacionária, a estagnação econômica e um maior endividamento estatal anunciam a tendência de uma quebra geral. A via traçada aos capitalistas e seus governos é a de preservarem os lucros, atacando a fundo a vida das massas e das nações oprimidas.
2. Está completamente esgotada a partilha do mundo operada no pós-Segunda Guerra Mundial. A possibilidade de uma Terceira Guerra decorre dessa situação. A militarização das relações mundiais e a guerra na Ucrânia são

seus mais claros sintomas. Agravam-se as crises e projetam-se as guerras, assim como as tendências as revoluções e contrarrevoluções.

3. A superexploração da força de trabalho, desemprego, precarização trabalhista, destruição de direitos alargam a miséria e pobreza, alavancam a barbárie social em larga escala. E quanto mais se pronunciarem os estragos econômicos, mais também a conciliação de classes tenderá a se manifestar como um instrumento burguês contra a luta de classes.
4. Abriu-se uma nova etapa da luta de classes mundial. Mas, sem uma luta geral contra as burguesias e seus governos, as massas continuarão arcando com a barbárie capitalista. A defesa das tradições teóricas, programáticas, organizativas e metodológicas já conquistadas pelo proletariado mundial contra a burguesia mundial, são a base para dar um salto na luta revolucionária do proletariado pela sua completa emancipação política e social.

O essencial está em reconhecer que as massas vêm procurando um caminho próprio para impor suas reivindicações, recorrendo a seus próprios métodos coletivos. Esse é o aspecto positivo e progressivo da atual conjuntura. Mas, está ausente sua direção revolucionária, capaz de desenvolver suas tendências radicalizadas e unitárias, elevando assim sua consciência política. O que favorece à burguesia e seus governos, no objetivo de esmagar e dividir às massas, continuando dessa forma sua ofensiva contra suas condições de vida. Contam para isso, todavia, com o colaboracionismo e traições das direções. Esse é o aspecto negativo e regressivo da situação mundial.

A necessidade de superar essa contradição é a principal tarefa da vanguarda com consciência de classe mundial para que as massas passem das revoltas instintivas à política revolucionária consciente. Trata-se, portanto, de dar coesão organizativa às lutas, sob um programa próprio dos explorados, e destacar de seu seio uma direção que unirá as reivindicações imediatas e vitais à luta pela estratégia socialista.

Em dezembro de 1917, portanto dois meses da Revolução, Lênin apresentou este Projeto sobre a nacionalização dos bancos, e as medidas de controle operário para o restabelecimento do funcionamento econômico sobre as novas bases sociais originadas da expropriação da burguesia e constituição do Estado Operário. Evidentemente, o decreto corresponde à situação particularmente caótica da produção e distribuição dos produtos básicos provocada pela Primeira Guerra Mundial, e pelo processo revolucionário da luta de classe. Mas, o aspecto

geral de nacionalização dos bancos e o processo de controle da economia pelas organizações soviéticas e pelos organismos estatais do poder proletário estabeleceram as bases iniciais da transição do capitalismo ao socialismo.

É importante conhecer e assimilar as transformações originárias da revolução social. Esse tem sido o objetivo da publicação de documentos que expressam os primeiros passos da formação do Estado Operário e da economia nacionalizada.

Projeto de Decreto sobre a Nacionalização dos Bancos e sobre as medidas necessárias para a sua realização

Lênin, 14 de dezembro de 1917

A situação crítica alimentar e a ameaça da fome criada pela especulação e pela sabotagem dos capitalistas e funcionários, bem como pela ruína econômica geral, tornam necessárias a adoção de medidas revolucionárias extraordinárias, para lutar contra este mal.

A fim de que todos os cidadãos do Estado, e em primeiro lugar de todas as classes trabalhadoras, sob a direção de seus Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses, possam empreender essa luta, e normalizar a vida econômica do país imediatamente e em todos os seus aspectos, sem se de-

terem diante de nada, e atuando de modo revolucionário, se decretam as seguintes disposições:

Projeto de decreto sobre a nacionalização dos bancos e sobre as medidas necessárias para a sua realização

1. Todas as empresas de sociedades por ações são declaradas propriedades do Estado.
2. Os membros da administração e os diretores das sociedades por ações, assim como todos os acionistas pertencentes

- às classes possuidoras (isto é, que possuem bens no valor de mais de 5.000 rublos ou rendimentos que excedam os 500 rublos por mês) estão obrigados a continuar a dirigir em perfeita ordem os assuntos das empresas, cumprindo a lei do controle operário, apresentando todas as ações ao Banco de Estado, e apresentando relatórios semanais sobre a sua atividade aos Sovietes locais de deputados operários, soldados e camponeses.
- Os empréstimos do Estado, tanto externos e internos, são anulados (suprimidos).
 - Os interesses dos pequenos portadores de obrigações, como de quaisquer ações, isto é, dos portadores que pertencem às classes trabalhadoras da população, estão plenamente assegurados.
 - Implanta-se o trabalho geral obrigatório. Todos os cidadãos de ambos os sexos, dos 16 aos 55 anos, estão obrigados a realizar os trabalhos que lhes indiquem os Sovietes locais de deputados operários, soldados e camponeses ou outros órgãos do Poder Soviético.
 - Como primeiro passo para aplicar o trabalho geral obrigatório, decreta-se que as pessoas das classes possuidoras estão obrigadas a portar e anotar devidamente, nas cadernetas, as condições de consumidores-trabalhadores, ou carteira de orçamento e de trabalho, que devem ser apresentadas às correspondentes organizações operárias ou aos Sovietes locais e seus órgãos, para semanalmente se registrar o cumprimento do trabalho assumido por cada uma delas.
 - Para o correto registro e distribuição, tanto dos víveres como de outros produtos necessários, todos os cidadãos do Estado estão obrigados a aderir a uma qualquer sociedade de consumo. Os serviços de víveres, os comitês de abastecimento e outras organizações semelhantes, bem como os sindicatos de ferroviários e dos transportes, implantarão o controle do cumprimento desta lei, sob a direção dos Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses. As pessoas das classes possuidoras estão obrigadas, em particular, a realizar os trabalhos indicados pelos Sovietes, para organizar e administrar os assuntos das sociedades de consumidores.
 - Os sindicatos de operários e empregados ferroviários estão obrigados a elaborar urgentemente, e a começar a aplicar imediatamente, as medidas extraordinárias para uma organização mais perfeita do transporte, particularmente do transporte de víveres, combustível e outros artigos de primeira necessidade, guiando-se em primeiro lugar pelas indicações e pedidos dos Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses, depois pelas instituições autorizadas por estes, e pelo Conselho Superior da Economia Nacional. Da mesma maneira, os sindicatos de ferroviários, em colaboração com os Sovietes locais, ficam

5. Implanta-se o trabalho geral obrigatório. Todos os cidadãos de ambos os sexos, dos 16 aos 55 anos, estão obrigados a realizar os trabalhos que lhes indiquem os Sovietes locais de deputados operários, soldados e camponeses ou outros órgãos do Poder Soviético.

responsáveis de combater com a maior energia a especulação dos alimentos, e de reprimir implacavelmente todos os especuladores, sem vacilar em recorrer a medidas revolucionárias.

- As organizações operárias, os sindicatos de empregados e os Sovietes locais estão obrigados, imediatamente, a dedicarem-se a fazer com que as empresas que estão fechadas e desmobilizadas, bem como os desempregados, passem ao trabalho útil e à produção de produtos necessários; a buscar pedidos, matérias-primas e combustível. Sem adiar em nenhum caso esta atividade, nem a troca de produtos agrícolas pelos das cidades, até que recebam ordens especiais das instâncias superiores, os sindicatos e os Sovietes locais estão obrigados a seguir rigorosamente as instruções e ordens do Conselho Superior da Economia Nacional (CSEN).
- As pessoas das classes possuidoras estão obrigadas a guardar todo o seu dinheiro no Banco de Estado e em suas

sucursais, bem como nas caixas de depósito, recebendo para as suas necessidades de consumo não mais do que 100-125 rublos por semana (segundo estabeleçam os Sovietes locais), e para as necessidades da produção e do comércio, só com um certificado escrito das instituições do controle operário. A fim de controlar a aplicação efetiva do presente decreto, serão estabelecidas regras para troca do papel-moeda atualmente em circulação por outro, e

os culpados de fraude para com o Estado e o povo serão submetidos ao confisco de todos os seus bens.

- A mesma pena, assim como a prisão ou o envio para a frente e para os trabalhos forçados, será aplicada a todos os que desobedeçam a presente lei, aos sabotadores, funcionários grevistas e igualmente aos especuladores. Os Sovietes locais e as instituições deles dependentes comprometem-se a elaborar urgentemente as medidas revolucionárias de luta contra estes verdadeiros inimigos do povo.
- Os sindicatos e outras organizações dos trabalhadores, em colaboração com os Sovietes locais, organizarão, com a participação das pessoas de maior confiança e recomendadas pelas organizações do partido e outras, grupos móveis de inspetores, para observar a aplicação desta lei, verificar a quantidade e a qualidade do trabalho, e entregar aos tribunais revolucionários os culpados de infringir ou de burlar a lei.

Os operários e empregados das empresas nacionalizadas estão obrigados a aplicar todas as forças, e a adotar medidas extraordinárias para melhorar a organização do trabalho, reforçar a disciplina, e elevar a produtividade do trabalho. Os organismos do controle operário devem apresentar, semanalmente ao CSEN, relatórios sobre o que se conseguiu neste aspecto. Os culpados de faltas e descuidos responderão perante o tribunal revolucionário.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020